

*Mauro*

# RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERCALAR

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO E  
INFRAÇÕES CONEXAS**  
MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

## FICHA TÉCNICA

**Título:**

Relatório de Avaliação Intercalar – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

**Editor:**

Município do Entroncamento

Largo José Duarte Coelho

2330-078 Entroncamento

Tel: 249 720 400 - Fax: 249 718 615

geral@cm-entroncamento.pt

[www.cm-entroncamento.pt](http://www.cm-entroncamento.pt)

**Data e Edição:**

Entroncamento, novembro de 2025



## SUMÁRIO EXECUTIVO

A avaliação intercalar agora concluída foi coordenada pela Unidade de Serviço Jurídico e envolveu as várias unidades e divisões do Município do Entroncamento, que no âmbito da elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPR), identificaram situações de risco elevado e respetivas medidas.

A presente avaliação intercalar cumpre com as disposições estabelecidas pelo artigo 6.º do Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.



## ÍNDICE

FICHA TÉCNICA .....	1
SUMÁRIO EXECUTIVO .....	2
ÍNDICE.....	3
INTRODUÇÃO .....	4
METODOLOGIA.....	5
ATIVIDADES/COMPETÊNCIAS DE RISCO ELEVADO E MEDIDAS PREVENTIVAS .....	6
CONCLUSÕES.....	8
ANEXO: Monotorização do estado de implementação das medidas preventivas.....	9
Unidade de Educação .....	9
Unidade de Recursos Humanos.....	11
Unidade de Apoio Técnico e Administrativo .....	11
Divisão de Gestão Urbanística e Obras .....	12



## INTRODUÇÃO

Os planos destinados à gestão ou à prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas das entidades públicas fazem parte do panorama institucional, desde que em 2009, o Conselho de Prevenção da Corrupção aprovou a sua Recomendação n.º 1/2009.

O Município do Entroncamento, aprovou o seu primeiro plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas em 2009, na reunião de Câmara de 28 de dezembro de 2009. O plano atual, foi aprovado por deliberação na Reunião de Câmara de 06 de junho de 2023, tendo sido elaborado já de acordo com as disposições estabelecidas pelo artigo 6.º do regime geral de prevenção da corrupção, anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

Em outubro de 2025, o referido plano foi revisto.

A avaliação intercalar agora concluída foi coordenada pela Unidade de Serviço Jurídico e envolveu as diversas divisões e unidades orgânicas do Município do Entroncamento, que no âmbito da elaboração do PPR identificaram para situações de risco elevado e muito elevado.

Este relatório visa assim complementar o trabalho já desenvolvido aquando da elaboração do PPR, pelo que a análise do presente documento deve ser conjugada com a leitura e interpretação daquele documento.

## METODOLOGIA

A avaliação intercalar do PPR decorreu de forma interativa entre as unidades orgânicas do Município do Entroncamento, responsáveis pela classificação dos riscos elevados e respetivas medidas preventivas, e a Unidade de Serviço Jurídico, tendo sido avaliado o estado de implementação daquelas medidas. Posteriormente à realização das referidas reuniões houve contactos com aquelas unidades orgânicas, no sentido de obter a validação da informação recebida pela Unidade de Serviço Jurídico.

Dessa forma, a avaliação tratou de analisar as medidas preventivas associadas a competências de risco elevado alocadas a cada unidade orgânica no PPR, procurando identificar se as medidas planeadas ou projetadas foram implementadas no decorrer da vigência do plano até ao presente momento e se as medidas que já se encontravam implementadas à data de elaboração do PPR se mantêm implementadas.

O grau de execução das medidas de prevenção e tratamento do risco foi apurado com a seguinte classificação:

- **Implementada:** a medida foi executada;
- **Em curso:** estão a ser desenvolvidas ações conducentes à plena execução da medida;
- **Não implementada:** a medida ainda não foi executada.

## ATIVIDADES/COMPETÊNCIAS DE RISCO ELEVADO E MEDIDAS PREVENTIVAS



Neste capítulo pretende-se efetuar uma avaliação da execução das medidas preventivas associadas a competências de risco elevado indicadas no PPR.

Foram identificados para o conjunto das unidades orgânicas do Município do Entroncamento, um total de 16 riscos de grau elevado, respeitantes às atividades/competências de 4 Divisões/Unidades

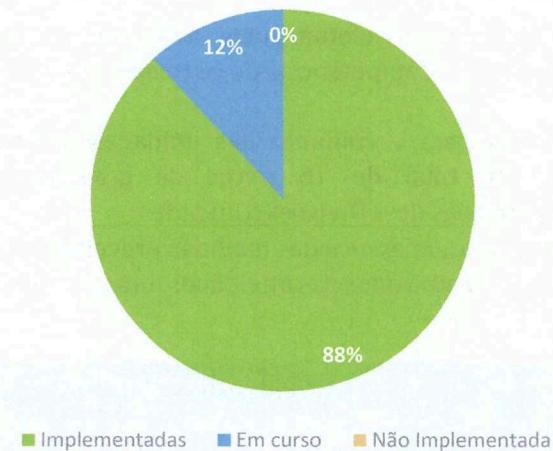
Orgânicas aos quais foram associadas medidas preventivas indicadas no PPR. Para este efeito os riscos identificados nas atividades foram agrupados numa única tabela resumo:

Unidade Orgânica	Atividades/objetivos	Riscos Elevados	Medidas Preventivas	Implementadas	Em implementação	Não implementadas
<b>Unidade de Recursos Humanos</b>	5	1	1	1	0	0
<b>Unidade de Educação</b>	34	12	14	13	0	0
<b>Unidade de Apoio Técnico e Administrativo</b>	1	1	1	0	1	0
<b>Divisão de Gestão Urbanística e Obras</b>	2	2	2	1	1	0
<b>Total</b>	42	16	18	15	2	0

No que se refere ao estado de implementação das medidas preventivas foi verificado que foram implementadas 15 medidas o que corresponde a 88,24 % do total das medidas preventivas indicadas no plano para os riscos de grau elevado. Quanto ao estado implementação das restantes medidas preventivas foi verificado que já tinha sido iniciada a implementação de 2 medidas, o que representa 11,76 % total de medidas preventivas. No que respeita às medidas cujo processo de implementação ainda não foi iniciado correspondem a 0 % do total de medidas preventivas.



## Estado de Implementação das Medidas Preventivas



## CONCLUSÕES

A avaliação intercalar dos riscos elevados e medidas preventivas do PPR do Município do Entroncamento, conforme prevista no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, reveste-se de maior importância para o controle da implementação medidas de prevenção e para a própria finalidade do plano enquanto instrumento de prevenção de corrupção.

Conforme exposto, a implementação das medidas preventivas encontra-se implementada, parcialmente implementada ou em estado equivalente, ou seja, 100,00% do total de medidas que foram monitorizadas.

No entanto, a plenitude de implementação das medidas preventivas ainda se encontra por concretizar, sendo que para atingir esse objetivo tem de se fazer face aos constrangimentos identificados pelos dirigentes das Divisões e das Unidade Orgânicas auscultados.

## ANEXO: Monotorização do estado de implementação das medidas preventivas

### Unidade de Educação

A Unidade de Educação inscreveu no PPR um conjunto de 14 medidas preventivas para prevenção dos riscos elevados associados à prossecução das suas competências.

A tabela seguinte ilustra de forma sintética o ponto de situação da execução das 14 medidas preventivas:

Atividades/Competência Risco(s) associados(s) Medida Preventiva	Estado de Implementação Atual
Serviço de Educação	
Gestão do processo de Ação Social Escolar e apoios municipais aos alunos do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico	
Inclusão/exclusão indevida de alunos relativamente às medidas de ação social escolar	
Acautelar a definição de critérios de atribuição de subsídios, com recurso a diplomas legais ou regulamentos ou justificação inequívoca da necessidade de atribuição do benefício	Implementada
Não atribuição ou utilização indevida das verbas transferidas para o Agrupamento de Escolas, referentes aos subsídios de auxílios económicos	
Exigir ao Agrupamento de Escolas comprovativos da atribuição das verbas do material adquirido e atribuído, destinado a esses mesmos alunos no valor da verba correspondente	Implementada
Gestão do processo de atribuição de vales escolares (5º ao 12º ano)	
Falsificação/Duplicação de vale escolar	
Verificação de aposição de selo branco do município no vale escolar aquando da conferência da fatura	Implementada
Verificação no mapa de controlo dos vales já emitidos	Implementada
Gestão do Fornecimento de Refeições Escolares nos Refeitórios dos estabelecimentos de ensino pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	
Incumprimento de obrigações definidas em Caderno de Encargos	
Monitorização das avaliações diárias das refeições efetuadas pelas escolas	Implementada
Análise trimestral aos inventários das palamentas dos refeitórios	
Verificação periódica da conformidade do serviço com o definido em Caderno de Encargos	

Faturação e cobrança de refeições escolares	
Cobrança indevida ou incorreta da faturação emitida aos alunos/encarregados de educação	
Requisições serem efetuadas pelo Encarregado de Educação, via plataforma SIGA	Implementada
Existência de divergências/ irregularidades nas faturas emitidas pela entidade prestadora do serviço de fornecimento de refeições escolares	
Requisições serem efetuadas pelo Encarregado de Educação, via plataforma SIGA	Implementada
Escola de Segurança & Educação Rodoviária	
Conflito de interesses; Favorecimento de determinadas entidades na calendarização das atividades regulares	
Integração das atividades regulares no Plano Municipal Educativo	Implementada
Gestão e monitorização de projetos educativos	
Conflito de interesses; Favorecimento de determinadas entidades na seleção para a dinamização de atividades	
Definição de critérios mais precisos e explícitos, com fundamentação da opção	Implementada
Emissão de Pareceres Técnicos	
Não disponibilização de toda a informação relevante (de forma consciente); Não verificação, na emissão do parecer, de que os beneficiários cumprem todas as normas legais em vigor, para atribuição de subsídios, bolsas; Favorecimento de determinados públicos; Enviesamento na transmissão da informação.	
Cumprimento dos procedimentos internos e análise cuidada das normas e legislação aplicável	Implementada.
Biblioteca	
Atendimento e apoio ao leitor/requisitante	
Não devolução de documentos	
Contacto direto com o requisitante quinzenalmente para repor documentação	Implementada
Dinamização de atividades de leitura, culturais e pedagógicas	
Conflito de interesses; Favorecimento de determinadas entidades na seleção para a dinamização de atividades	
Definição de critérios mais precisos e explícitos, com fundamentação da opção; Apresentação de pelo menos de 2 propostas para a dinamização da atividade.	Implementada
Realização de atividades não aprovadas no Plano Anual de Atividades do serviço e integradas no Plano Municipal Educativo	

Registo da atividade em MGD para apreciação e autorização	Implementada
Registo, atualização e renovação do fundo bibliográfico	
Favorecimento de entidades no processo de aquisição de documentos	
Definição de critérios mais precisos e explícitos, com fundamentação da opção; Apresentação de pelo menos de 2 propostas	Implementada

### Unidade de Recursos Humanos

A Unidade de Recursos Humanos inscreveu no PPR uma medida preventiva para prevenção do risco elevado associado à prossecução das suas competências.

A tabela seguinte ilustra de forma sintética o ponto de situação da execução da medida preventiva:

Atividades/Competência Risco(s) associados(s) Medida Preventiva	Estado de Implementação Atual
SIADAP	
Utilização de critérios de avaliação dos trabalhadores pouco objetivos, permitindo uma excessiva margem de discricionariedade	
Sensibilizar os intervenientes decisores no âmbito dos procedimentos de avaliação para a necessidade de fundamentação das suas decisões; definição clara dos objetivos, que devem ser exequíveis e coerentes; reuniões avaliador/avaliado	Implementada

### Unidade de Apoio Técnico e Administrativo

A Unidade de Apoio Técnico e Administrativo inscreveu no PPR uma medida preventiva para prevenção do risco elevado associado à prossecução das suas competências.

A tabela seguinte ilustra de forma sintética o ponto de situação da execução da medida preventiva:

Atividades/Competência Risco(s) associados(s) Medida Preventiva	Estado de Implementação Atual
Prestação de informação errónea ou incompleta sobre os cálculos dos valores a cobrar e emissão de notas de liquidação.	
Elevado	
Implementação de plataforma informática para controlo de operações urbanísticas, que viabilize a emissão automática da nota de liquidação e com notificação ao requerente.	Em Implementação

**Divisão de Gestão Urbanística e Obras**

A Divisão de Gestão Urbanística e Obras inscreveu no PPR duas medidas preventivas para prevenção do risco elevado associado à prossecução das suas competências.

A tabela seguinte ilustra de forma sintética o ponto de situação da execução da medida preventiva:

Atividades/Competência Risco(s) associados(s) Medida Preventiva	Estado de Implementação Atual
Deficiências maiores no projeto de execução que pode originar existência de erros, omissões ou incongruências nos projetos.	
Elevado	
Revisão rigorosa de todos os projetos, com recurso a uma entidade externa e independente e/ou revisão com equipas internas multidisciplinares, consoante a complexidade do projeto.	Implementada
Deficiente avaliação técnico-urbanística.	
Elevado	
Normalização do tipo de avaliação e análise técnica dos processos, parametrizando-a consoante os tipos de procedimentos urbanísticos vigentes.	Em Implementação